

EDUCAÇÃO BRASILEIRA DURANTE A DITADURA MILITAR E SEUS IMPACTOS NO ENSINO PRIMÁRIO DE PORTO NACIONAL/TO ENTRE OS ANOS DE 1973 E 1985

Victor Ferreira Diniz*

Resumo: O presente artigo visa compreender o ensino primário no município de Porto Nacional/TO logo após a promulgação da Lei nº 5692/71 que reformulava o ensino de 1º e 2º graus, destacando os impactos que a Ditadura Militar por meio de sua política educacional provocou no ensino da cidade. A pesquisa foi realizada com base nos documentos oficiais do poder Executivo e Legislativo Municipal que demonstraram a deterioração do ensino no decorrer desse período, com altos índices de evasão e falta de professores.

Palavras Chaves: Ditadura Militar. Educação e Ensino em Porto Nacional/TO.

BRAZILIAN EDUCATION DURING THE MILITARY DICTATORSHIP AND THEIR IMPACTS ON PORTO NACIONAL CITY/TOCANTINS STATE BETWEEN THE YEARS OF 1973 AND 1985

Abstract: This article aims to demonstrate the impact and results of changes in the 1st and 2nd grades in the municipality of Porto Nacional/TO, after the enactment of law Number 5692/71, highlighting the effects of military dictatorship policies in the city's schools. This research is based on official documents of the Executive and Legislative branches, showing a high rate of school dropouts and a lack of teachers during this period of time.

Keywords: Military Dictatorship. Education and Teaching in Porto Nacional/ TO.

Introdução

Presume-se que o estudo da História da educação brasileira durante a ditadura militar encontra-se bastante discutido (mas não esgotado) em meio à historiografia disponível, isso quando se pensa numa educação nacional. No entanto, quando nos referimos ao campo do regional, a mesma história não se repete, como no caso da História Educacional de Porto Nacional¹, campo quase que inexplorado, exceto por algumas poucas obras sobre o assunto como a de Santos (2007), *O Sonho de uma Geração: o movimento estudantil – Goiás e Tocantins*². Mas quais foram condições da educação no município de Porto Nacional durante a ditadura militar? A que influências o ensino municipal esteve submetido?

Para tentar responder a essas problematizações foi necessária uma pesquisa nas fontes oficiais dos poderes executivo e legislativo municipal, além dos autores já conhecidos no estudo da história da educação brasileira como Otaíza de Oliveira Romanelli (1999), José Willington Germano (2005),

Barbara Freitag (1980), que discutem a educação do período.

A análise dessas fontes nos remete para um estudo comparativo e quantitativo. Para chegar ao primeiro parte-se da premissa de que pensar a educação brasileira durante a Ditadura Militar em contexto nacional não explica necessariamente sua influência no município de Porto Nacional, por exemplo, Germano (2005)³ ao discutir a educação no Brasil no período do regime militar apresenta dados e resultados divulgados pelo governo federal, o que muitas vezes pode não se refletir no interior brasileiro precisando ser realizada uma pesquisa mais específica e regionalizada dos dados.

O método comparativo, segundo Bloch (1930, p. 31-39 apud CARDOSO; BRIGNOLI, 2002, p. 409), consiste em *“buscar, para explicá-las, as semelhanças e as diferenças que apresentam duas séries de natureza análoga, tomadas de meios sociais distintos”*. Os mesmos autores continuam, posteriormente, demonstrando que o método possui dois aspectos que cumprem ao mesmo tempo *“localizar as diferenças e buscar os fatores que as determinam, e fixar as regularidades manifestadas entre dois ou mais processos observados”*. Pensando-se em Porto Nacional, tipicamente rural, apontado pelo fato de a maioria de suas escolas municipais se localizarem na zona rural, como um município que possui suas singularidades e diferenciações dos grandes centros urbanos nacionais.

A ideia de comparação pode sugerir também, segundo Nunes (2001, p. 63):

Uma nova compreensão do território, reconhecendo-o não como território nacional, mas como descontinuidade espacial [...] o território não pode ser a priori tratado como uma unidade homogênea já que é um espaço percebido, modelado, vivido. Por esse motivo uma organização escolar, um mesmo currículo, as mesmas opções pedagógicas e didáticas podem ser interpretadas de maneira diferente e ter impactos distintos num espaço que vai aparecer como descontínuo, heterogêneo e estruturado sobre elementos diferenciados.

No segundo caso, método quantitativo, apresenta-se complementarmente a comparação, ao mesmo tempo com grande importância para o presente estudo, pois, segundo Burke (2002, p. 57), ele *“propicia uma vantagem mais profunda à comparação, mostrando as semelhanças e as diferenças entre duas sociedades, bem como as correlações possíveis...”*. Desta forma, ao se estudar os documentos oficiais, referentes a verbas e dados escolares do período se poderá estabelecer uma correlação e/ou diferenciações entre Porto Nacional e o contexto nacional. A história quantitativa, desta forma, possui, no plano teórico, o

interesse de desenvolver “*progressivamente os elementos de uma história global, mas, sobretudo, ao menos inicialmente, analisar os ritmos diferenciais de evolução dos diversos níveis de um conjunto histórico*” (FURET, 1995, p. 61-62).

A delimitação do tema aos treze últimos anos da ditadura militar se explica pela inexistência de arquivos do poder Executivo municipal que tratam da educação de períodos anteriores a 1972 e segundo, verificou-se que na mesma década foi criada a Lei nº 5692/71 (BRASIL, 1971), que reformulou o ensino primário e secundário na ditadura militar.

Portanto, o presente artigo pretende realizar uma relação entre a educação nacional, descrita pela historiografia muitas vezes como uma unidade, e da educação de Porto Nacional, pensando no ensino primário do município em suas tensões e conflitos com o discurso oficial representado pelas leis que demonstravam os objetivos governamentais que muitas vezes não condiziam com a realidade existente para população local.

A ditadura militar, seus principais acontecimentos e Porto Nacional em meio a esta conjuntura

O breve período de democracia em nosso país durou 18 anos, ou seja, de 1946 até 1964. A data de 31 de março de 1964 é considerada por muitos, como a ascensão da chamada “*revolução*”, protagonizada pelos militares e dirigida a combater o “*comunismo*”, que tentava insurgir no Brasil. Comunismo representado pela figura de João Goulart, que tentava aplicar as reformas de base, com intenção de conter a inflação, que insistia em manter-se a níveis elevados e diminuir a crise herdada de governos anteriores.

Crise não só econômica, mas também política, que assolava o interior de seu governo, iniciada já em 1961, quando João Goulart assume o poder após a renúncia de Jânio Quadros. Momento marcado pela tentativa de um golpe para impedir sua subida ao poder, frustrada pelas fileiras do 3º exército no Rio Grande do Sul. Desta maneira, “*Jango*” assumiu o governo com a condição de trabalhar sob um governo parlamentarista, conseguindo derrubá-lo posteriormente com o plebiscito de 1963, pois defendia que só conseguiria combater a crise se obtivesse plenos poderes de decisão.

No entanto, mesmo com implantação de algumas reformas a crise econômica não diminuiu como o esperado, contribuindo para o aumento da crise política governamental. Skidmore (1976) aponta a falta de habilidade dos políticos em manter a própria estabilidade política e Dreiffus (1981) destaca que a esquerda não conseguiu controlar o governo, o que provocou o fortalecimento da direita.

Desta maneira, com forte apoio de uma grande parte da classe média brasileira, que viram sua renda diminuir consideravelmente nesse

período e por boa parte do empresariado que segundo Dreiffus (1981, p. 78), encontravam-se organizados desde 1961 através do complexo IPES/IBAD⁴ e que organizavam diversas conferências na Escola Superior de Guerra aconteceu a usurpação do poder pelos militares:

O Estado Militar é encarado [...] enquanto expressão de uma fase do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, que ocorre sob a égide dos monopólios e que expressa, sobretudo, os interesses dos conglomerados internacionais, de grandes grupos nacionais e das empresas estatais, formando um bloco cuja direção é recrutada nas forças armadas e que conta com o apoio dos setores tecnocratas. (GERMANO, 2005, p. 21).

O referido autor destaca ainda que esses grupos não estavam organizados homogeneamente e reconhece a *“existência de facções divergentes [...] em seu interior”*, (GERMANO, 2005, p. 21), como por exemplo, os *“sorbonistas”* de tendência liberal e os *“linha dura”*, o que demonstrava que mesmo no interior do Estado não deixaram de existir tensões e conflitos o que conseqüentemente tendeu a afetar a política governamental.

Dessa forma, deu-se início ao período que duraria 21 anos e se tornaria uma das mais longas ditaduras da América Latina, momento em que, segundo Celso Furtado (1972 apud ROMANELLI, 1999, p. 194) está dividido em duas fases. Na primeira destaca-se um momento de recuperação econômica na qual o Estado irá se preocupar com a captação de recursos que se inicia em 1964, adquirindo, segundo o autor, um modelo concentrador de renda nas mãos de uma pequena parcela da população, ocasião que *“corresponde aquele que se implantou o regime e se traçou à política de recuperação econômica, ao lado da contenção e da repressão”*. (ROMANELLI, 1999, p. 196).

Período marcado pelos Atos Institucionais, que viriam para cumprir os objetivos acima mencionados, destacando-se o AI-2, que extinguiu todos os partidos e instituiu o bipartidarismo com a entrada em cena da Aliança Renovadora Nacional (Arena) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e o AI-5 em 1968, eleito pela historiografia como um dos principais símbolos da repressão, dando liberdade apenas ao presidente que poderia decretar recesso do Congresso Nacional e suspender os direitos políticos de qualquer cidadão, pelo prazo de 10 anos. Entre outras medidas, foram 17 Atos Institucionais no total.

A outra fase apontada por Celso Furtado (1972 apud ROMANELLI, 1999, p. 194) é definida como a de retomada da expansão⁵ a partir de 1967/68, com um *“acentuado desenvolvimento do setor industrial”* ou o chamado *“milagre brasileiro”*, muitas vezes impulsionado pela forte presença estatal na economia, que ampliou, segundo Germano (2005, p. 73), sua capacidade extrativa ou de exação, aumentando os recursos financeiros sobre o seu

controle, através do *“incremento dos recursos orçamentários notadamente de origem tributária”*, da *“expansão dos recursos extra-orçamentários, através da criação de grandes fundos e de outros mecanismos de captação de poupança”*.

Segundo Martins (1985 apud GERMANO, 2005), a poupança forçada que os trabalhadores estavam submetidos contribuiu com 64% da poupança nacional em 1976, ocorrendo o mesmo em Porto Nacional, pois no mesmo ano a Lei nº 706 (PORTO NACIONAL, 1976), aprovou a obrigatoriedade de todos os servidores municipais se inscreverem e contribuir com o Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Goiás (IPASGO).

De acordo com Comblin (1978, p. 92 apud GERMANO, 2005, p. 73), entre 1968 e 1975, o PIB nacional cresceu em média 9% ao ano, taxa que começa a declinar com a *“crise do petróleo”* de 1973 que elevou o preço do principal produto importado pelo Brasil no mercado mundial. Desta forma, o país contraiu diversos empréstimos no exterior para manter os níveis de crescimento e sua legitimidade com a construção de grandes obras, marcada em Porto Nacional pela ponte sobre o Rio Tocantins em fins da década de 1970 e constatado pelo crescente aumento do orçamento municipal que sofreu um acréscimo de 160% entre os anos de 1975 e 1977.

No entanto, apesar de todo esse incremento no orçamento anual do município e com os pesados empréstimos realizados pelo governo militar, a fim de manter o crescimento, não foi possível conter a crise inflacionária que assolava o país contribuindo para que essa legitimidade se mantivesse por curtos espaços de tempo, ficando evidente pelo aumento de entidades de oposição a ditadura, como ocorreu em Porto Nacional na ata de 5 de abril de 1978 da Câmara de Vereadores (PORTO NACIONAL, 1978) um debate entre os vereadores do MDB e da Arena. O líder do MDB indaga quais são os feitos da ARENA pelo Município, o candidato da ARENA aponta a ponte sobre o Rio Tocantins, que o governo *“revolucionário”* estava construindo, o emedebista diz que *“não é contra a construção da ponte, mas acha que primeiro tem que ser visto o setor da saúde”*. Debates assim, não foram vistos constantemente em outros períodos em que a Ditadura Militar mantinha sua força a *“mão-de-ferro”*.

Porém, mesmo que o orçamento municipal tenha passado de Cr\$ 7,41 milhões de cruzeiros em 1977, para Cr\$ 75 milhões de cruzeiros em 1981, no decorrer do período houve um aumento substancial na contratação de empréstimo, como por exemplo, a Lei nº 788/78 (PORTO NACIONAL, 1978), que aprovou a aquisição de um empréstimo no valor de Cr\$ 12,88 milhões de cruzeiros junto a Caixa Econômica Federal, isso corresponde a quase o dobro de todo o orçamento previsto para 1977 ou a Lei nº 790/78 (PORTO NACIONAL, 1978), assinada apenas 22 dias após a primeira, autorizando o Executivo realizar operações de crédito de até Cr\$ 400 mil cruzeiros por antecipação de receita em qualquer estabelecimento de crédito por insuficiência de caixa.

O Norte Goiano, considerado por muitos autores como região problema para o estado de Goiás e, desta forma, bastante esquecido pelo governo que dedicava a maior parte de seus investimentos no Sul do estado, sofreu

um pequeno impulso em seu desenvolvimento com a chegada da rodovia Belém-Brasília que, segundo Silva (1996), fez com que o fluxo migratório da região não parasse mais de crescer, no entanto:

Ao mesmo tempo em que a rodovia Belém-Brasília fez surgir novas cidades, ela também provocou a estagnação econômico política dos municípios ribeirinhos, porque a navegação fluvial entrou em decadência como o transporte mercantil, [...]. Algumas cidades perderam sua importância para certos núcleos urbanos, que se desenvolveram com muita rapidez. Dessa forma, a rodovia atraiu uma grande parte da população que vivia nesses núcleos ribeirinhos para as novas cidades às margens da estrada... (SOUZA, 2002, p. 382).

Nesse contexto, encontrava-se Porto Nacional que, segundo a autora, teve sua população reduzida no mesmo período passando de pouco mais de 23 mil habitantes em 1960 para 20.030 habitantes em 1964. No entanto, essa situação tende a mudar com o advento da “Revolução de 1964”, mais especificamente no período do “milagre brasileiro”, em que a cidade receberá certo impulso em seu desenvolvimento. Se comparados aos números estaduais, os números municipais parecerão irrisórios, mas em nível local, representarão um grande salto, como por exemplo, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM) da cidade:

TABELA I
Imposto sobre Circulação de Mercadorias⁶

Local/Ano	1975 (em milhares Cr\$)	1980 (em milhares Cr\$)
Porto Nacional	2.015.453	26.336.352
Goiás	905.460.783	11.765.812.590

Fonte: Secretaria da Fazenda de Goiás apud Costa (1982).

Desta forma, observa-se que o ICM do município sofreu um acréscimo aproximado de 13 vezes, acompanhando o crescimento do Estado de Goiás que se manteve no mesmo patamar, isso em cinco anos. O mesmo ocorre se observarmos o orçamento municipal que sofre um incremento de 160% entre os anos de 1975 e 1977, ou seja dois anos, superior ao aumento sofrido pelo orçamento brasileiro no mesmo espaço de tempo, vejamos:

TABELA II
Orçamento Geral do Município e do Brasil⁷

Local/Ano	1975 (milhares de Cr\$)	1977 (milhares de Cr\$)	Índice (%)
Porto Nacional	2.817,26	7.410	163%
Brasil	103.838.692	247.466.754	138%

Fonte: Leis orçamentárias municipais 684/74 e 721/76 e IBGE.

Pensando-se em nível local e comparando-se os números a anos anteriores, percebe-se um certo desenvolvimento na economia portuense, se verificando um aumento considerável em seu orçamento. Conseqüentemente, conforme a tabela III logo abaixo, observa-se a retomada do crescimento da população local.

TABELA III
População de Porto Nacional

Município/Ano	1950	1960	1964	1970	1980
Porto Nacional	11.118	23.005	20.030	32.321	40.959

Fonte: Censo do IBGE de 1950, 1960/1964, 1970 e 1980 apud Costa (1982) e Souza (2002)

No entanto, esses números eram irrisórios se comparados a números de Brasil ou estadual (sul de Goiás) e ficava aquém das necessidades da cidade e da região nortense que, segundo Costa (1982), possuía, em 1981, um grande déficit de energia elétrica, uma vez que 63% de sua produção era realizada por meio de termelétricas. A região contava também com um sistema rodoviário precário, eram apenas 878 km de estradas pavimentadas, o que correspondia apenas ao trecho da rodovia Belém-Brasília.

Política educacional brasileira durante a ditadura militar e sua presença no ensino primário de Porto Nacional

No entanto, o que se entende por política educacional? Para Bourdieu (apud FREITAG, 1980, p. 24-26), as instituições escolares têm a função de perpetuar a sua própria estrutura hierarquizada. Juntamente com Gramsci (apud FREITAG, 1980, p. 37-43) e Althusser (apud FREITAG, 1980, p. 32-36), Bourdieu pensa a escola como um *"Aparelho ideológico do Estado"* (AIE), que serviria para transmitir a ideologia das classes dominantes e garantir o consenso do indivíduo em relação ao Estado e manter a hegemonia deste sobre aquele, conforme explica Freitag (1980, p. 43):

A análise crítica da escola ou do sistema educacional como AIE, i.e., como mecanismo de dominação pelo consenso, realmente só aparece em todas suas dimensões quando demonstrada sua vinculação dialética com a política educacional do Estado.

Desta forma, política educacional:

é a ação do Estado tanto no nível da super como da infra-estrutura. O Estado, autor dessa política educacional, foi compreendido num sentido lato como a conjunção de aparelhos repressivos (instância da sociedade política) e

aparelhos ideológicos (instância da sociedade civil), ambos atuando a seu modo como mediadores dos interesses da classe hegemônica. (FREITAG, 1980, p. 78).

Definição semelhante com a de Germano (2005) que pensa a política educacional como:

O conjunto de medidas tomadas (ou apenas formuladas) pela sociedade política que dizem respeito ao aparelho de ensino (propriamente escolar ou não) visando à reprodução da força de trabalho e dos intelectuais (em sentido amplo) a regulação dos requisitos educacionais e à inculcação da ideologia dominante. (GERMANO, 2005, p. 32).

Deste modo, se verificará que o governo militar buscou com a educação, além de perpetuar a ideologia da classe dominante, manter sua hegemonia e legitimação através da educação, como também proporcionar a “produção” em grande escala de mão de obra qualificada para atender a necessidade dos empresários.

Segundo Romanelli (1999), a educação brasileira passou por dois momentos diversos no período da ditadura militar. Num primeiro momento, a autora destaca como o de implantação do regime, quando se traçou a política de recuperação econômica, marcada pela contenção e pela repressão e *“se o significado da educação como fator de desenvolvimento foi percebido desde o início da implantação do novo regime, isso não foi demonstrado, pelo menos em toda sua plenitude, senão a começar de 1968”* (ROMANELLI, 1999, p. 196). Desta forma, nesse período a educação ficou em segundo plano, agravando a crise no sistema educacional o que, segundo Romanelli (1999, p. 196) motivou as assinaturas dos acordos MEC/USAID⁸ *“para assistência técnica e financeira [...] à organização do sistema educacional”*.

No segundo momento apontado pela autora, o Governo percebeu, sob influência da *Agency for International Development* (USAID), o quão importante seria a educação para o desenvolvimento nacional e que o sistema educacional deveria ser modelado de acordo com o desenvolvimento econômico do país.

Neste trabalho, analisa-se esse segundo momento, mais especificamente no período em que foi editada a Lei nº 5692/71, que reformulou os ensinos de 1º e 2º graus no Brasil, porém, não podemos negar a importância dos acontecimentos anteriores que, sem dúvida, influenciaram na reforma, como por exemplo, os próprios acordos MEC/USAID, que ajudaram a inserir na educação, o caráter desenvolvimentista e tecnicista, a reforma universitária em 1968, que também pelos acordos reforçava, segundo Germano (2005), a necessidade de disciplinar a vida acadêmica, coibindo o protesto, reforçando a hierarquia e a autoridade.

A intenção, segundo Germano (2005, p. 117), era racionalizar a universidade

organizando-a em moldes empresariais, desta forma, favorecendo a privatização do ensino. Apesar de todas as mobilizações do ano de 1968, esse não deixou de ser o fim desejado pelo Estado à educação universitária.

Destacou-se também nesse período o Movimento Brasileiro pela Alfabetização (MOBRAL), que se encontrava com previsão legal desde 1967 e que começou a ser implantada efetivamente na década de 1970, ou até mesmo a própria Constituição de 1967 que, entre seus artigos, fixava a idade legal mínima para o trabalho em 12 anos, o que não resultou num impacto na Lei nº 5692/71 propriamente dita, mas houve impacto na sua implantação, pois favoreceu o trabalho infantil, o que conseqüentemente influenciaria na freqüência escolar. Pode-se destacar ainda, o Decreto 4440/64, que instituiu o salário educação, que viria a se tornar uma importante fonte de recursos para a educação, para o qual as empresas deveriam contribuir de acordo com cada empregado, segundo Romanelli (1999), 50% do montante ficaria vinculado ao Fundo Estadual do Ensino Primário e 50% ao Fundo Nacional do Ensino Primário.

A Lei nº 5692/71 surgiu em um momento que Germano (2005, p. 159) considera como a fase áurea da repressão, ao mesmo tempo em que começava a surgir uma oposição armada ao regime. Porém, de acordo com o autor, *“é o momento em que se obtém o maior grau de consenso e legitimação social, [...] [provocada principalmente] pelos êxitos da política econômica posta em prática pelo governo”*.

Desta forma, conforme Germano (2005), o clima na época era uma mistura de medo e euforia em decorrência do crescimento econômico, o que de certa forma fez com que a lei fosse recebida entusiasmamente pela comunidade e educadores. A lei foi aprovada rapidamente, em 30 dias, pelo Congresso Nacional com unanimidade.

Entre outras medidas, a lei ampliou o ensino obrigatório, passando de 4 para 8 anos de estudo, realizando a junção do curso primário e ginásial em um só curso de ensino de 1º Grau. No entanto, houve dificuldades em sua ampliação:

Essa ampliação tem sérias implicações, pois compele ao Estado a um acréscimo de suas obrigações com relação a educação do povo e supõe uma modificação estrutural profunda na educação elementar, já que a expansão do ensino decorrente disso imporá naturalmente um grau de elasticidade e capacidade de adaptação à realidades inexistentes em nossos tradicionais cursos primários e ginásial. (ROMANELLI, 1999, p. 237).

Destaca-se, desta forma, o que Cunha (1975, p. 241-242 apud RIBEIRO, 2003, p. 195), chama de objetivos reais e os objetivos proclamados, em que aqueles são alvos concretos da ação e estes são os objetivos em que efetivamente esta empenhada a sociedade, assim:

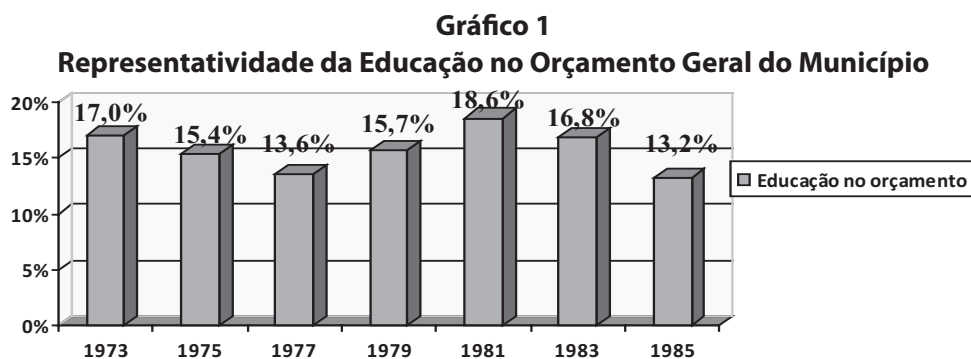
A ampliação de quatro para oito anos de tempo de escolaridade obrigatória está relacionado ao discurso de Brasil-potência. Isto porque para tanto, não só o analfabetismo era um obstáculo, mas também a baixa média de escolaridade, ou seja, a permanência na escola, era necessária, [...], no mínimo proclamar a intenção. [...] [que] parece mais um mascaramento das intenções reais. (CUNHA, 1975, p. 241-242 apud RIBEIRO, 2003, p. 195).

Como exemplo, temos a educação do município de Porto Nacional que de acordo com a documentação disponível não estendeu oficialmente o ensino de 1º grau para oito anos nas escolas, pelo menos durante a ditadura militar. As escolas ofereceram no máximo quatro anos de ensino surgindo um quinto ano apenas na década de 1980 com a inserção da pré-escola⁹, ainda assim, algumas escolas ofereciam apenas duas disciplinas (Português e Matemática), contrariando o que está prescrito em lei, que indicava como conteúdo mínimo Comunicação e Expressão, Estudos Sociais e Ciências para o Ensino de 1º Grau, além de “Educação Física, Educação Moral e Cívica, Educação Artística, Programas de Saúde e Religião [...]”. Para compor o currículo pleno, de acordo com Romanelli (1999, p. 244), devia ainda, o estabelecimento oferecer uma parte de formação especial incluindo várias disciplinas na área econômica, já direcionada para uma formação inicial para o trabalho. Essas disciplinas, segundo orientação da lei deviam ser incluídas a partir da 5ª série.

No entanto, em Porto Nacional a realidade era outra. Nas atas finais das escolas municipais, só constam no máximo quatro disciplinas (Português, Matemática, Ciências e Estudos Sociais), quando não apenas duas, como citadas anteriormente, na educação pré-escolar.

Mas o que explicaria essa inexistência de séries posteriores à 4ª série nas escolas municipais de Porto Nacional? Por que no máximo quatro disciplinas foram ensinadas? Por falta de verbas para ocorrerem as modificações estipuladas pelo governo parece-nos não se aplicar.

O Gráfico I demonstra a evolução das verbas destinadas a educação do município no período estudado.

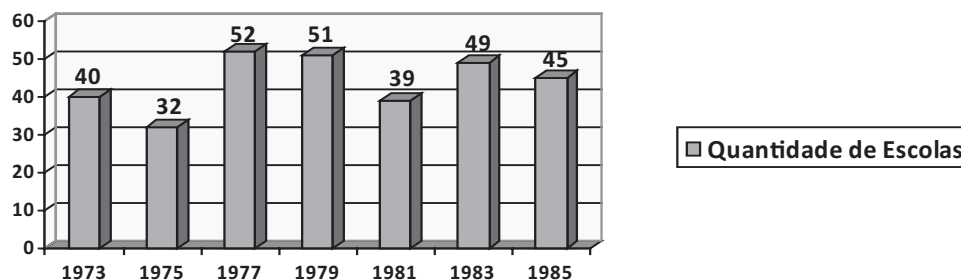


Fonte: Leis Orçamentárias Municipais de 1973 a 1985.

Como se pode observar, as verbas destinadas para educação estiveram bem acima da média nacional dos municípios, que em 1970, segundo Ribeiro (2007), estava em 12,65%, alcançando o segundo lugar em representatividade em todo o orçamento, em Porto Nacional a educação ocupou o primeiro lugar no orçamento de 1973. Mesmo Germano (2005) apontando um declínio com os gastos em educação na ordem de 10% entre 1981 e 1985 a educação municipal se encontrava em terceiro lugar em representatividade no orçamento, mesmo acompanhando o declínio nacional o ensino municipal perdia apenas para Habitação, Urbanismo e Transporte no repasse de verbas.

O quadro de professores nesse período manteve-se em número exíguo para atender a todas as escolas do município. Em 1973, a Lei Municipal nº 662 (PORTO NACIONAL, 1973), aprovada em 22 de agosto do mesmo ano, estipulou o aumento da quantidade de professores para 65 titulares¹⁰ enquanto o município possuía 40 escolas para serem atendidas, o que daria uma proporção de 1,6 professores para cada escola. Três anos depois a Lei nº 713/76 (PORTONACIONAL, 1976) tentou diminuir essa defasagem aumentando a quantidade de professores para 90, no entanto o número de escolas passou para 52, proporção de 1,7 professores por escola, representando um aumento insignificante. Além disso, observou-se que não havia nenhuma outra lei que aumentasse o número de professores posteriormente a este último aumento, pelo menos durante a ditadura militar. O gráfico seguinte demonstra a quantidade de escolas existente no município:

Gráfico 2
Número de Escolas no Município de Porto Nacional (1973-1985)¹¹



Fonte: Secretaria Municipal de Educação - Atas finais das escolas do município.

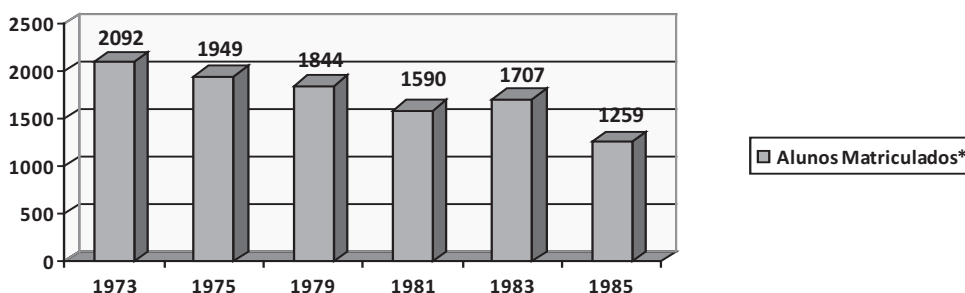
Como se pode observar é um grande número de escolas¹². Teoricamente, isso pode significar um aumento no número de vagas e conseqüentemente a expansão da matrícula, uma vez que, segundo Germano (2005, p. 167):

A política educacional tem igualmente a pretensão de suprir um quadro de carência efetiva. [...] a lei assumia o significado de uma ampliação de oportunidades de acesso a escola, do aumento do número de anos de escolaridade obrigatória, da adoção de dispositivos – como a eliminação

dos exames de admissão ao ginásio – que facilitassem a melhoria do fluxo escolar, numa tentativa de diminuir as taxas de evasão e repetência.

Desta forma, Germano (2005), explica que a ampliação da oferta de vagas foi meramente quantitativa. Entretanto, o autor aponta a expansão das matrículas na ordem de 40% entre os anos de 1973 e 1985, porém os índices de evasão e repetência continuam em níveis elevados. Segundo o autor, só o índice de repetência da 1ª série do 1º grau salta de 27,2% em 1973, para 34,2% em 1983. Diferentemente de Porto Nacional, uma vez que não houve expansão do número de matrículas e sim a diminuição de alunos matriculados entre 1973 e 1985, conforme demonstra o gráfico abaixo:

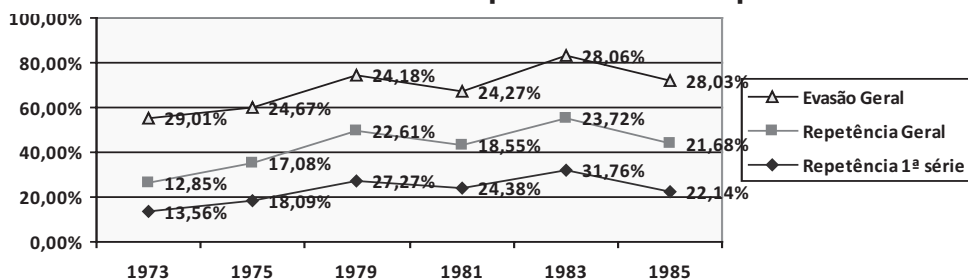
Gráfico 3
Evolução quantitativa de alunos matriculados (1973-1985)



*Preferiu-se não colocar os dados referentes ao ano de 1977 por estarem incompletos.
Fonte: Secretaria de Educação – Atas finais de resultados das escolas do Município.

Houve um declínio significativo no número de alunos matriculados representando a ordem de 39,8% entre 1973 e 1985, o nível de repetência se manteve a um nível inferior a média nacional, mas mesmo assim, mostrou-se bastante significativo em comparação com a quantidade de alunos matriculados veja o próximo gráfico:

Gráfico 4
Índice de Evasão e Repetência no Município



Fonte: Secretaria Municipal de Educação. Atas finais de resultados das escolas do Município.

Enquanto em nível nacional a repetência da 1ª série do 1º grau aumenta, entre 1973 e 1983, 7 pontos percentuais, no mesmo período em Porto Nacional a repetência aumenta cerca de 18 pontos percentuais, no entanto, a evasão foi o maior problema para a educação do município apesar de manter-se em níveis semelhantes no período estudado, porém, continua elevado.

Para Germano (2005), um dos fortes motivos para a ausência na escola é o trabalho, no qual 30% da população entre 10 e 17 anos estava inserida, algo semelhante se observou em Porto Nacional, ao concluir a Ata final das Escolas Municipais (PORTO NACIONAL, 1973, p. 155), Maria Feitosa da Silva explica o problema da freqüência dos alunos:

Quanto à freqüência das escolas municipais foi mais ou menos. Porque ausência houve demais como também desistência devido a várias causas: mudança dos pais dos alunos, doença dos alunos, transferência, ajudar o pai na lavoura, discórdia entre as professoras e os pais dos alunos, mudanças da professora... (grifo nosso).

Maria Feitosa da Silva também destacou a causa de sete escolas não cumprirem o semestre letivo, estando entre eles a *“falta de interesse da professora”* e *“doença do esposo então a professora obrigou a mudar para procurar melhores recursos para a saúde do marido”*.

O governo exigiu que fossem cumpridos oito anos de escolaridade, mas permitia pela Constituição Brasileira de 1967 que os alunos a partir de 12 anos poderiam trabalhar, essa parte da Lei nº 5692/71 dificilmente seria cumprida, principalmente observando-se Porto Nacional, cidade tipicamente rural em que acima da metade de sua população estava envolvida com agropecuária, os filhos vêem-se na obrigação ou muitas vezes na necessidade de ajudar seus pais no campo.

Contribuiu ainda ao problema da evasão as dificuldades de locomoção e transporte que atingiu também aos professores, pois, eram 65 professores para atender 42 escolas em sua maioria rurais.

Com isso o Brasil possuía em 1984, segundo Germano (2005), 60,6% de sua população economicamente ativa completando no máximo quatro anos de estudo, corroborado pela educação municipal que, como discutido anteriormente, possuía apenas as quatro primeiras séries iniciais na maioria de suas escolas até o início da década de 1980, contribuindo ainda, para as altas taxas de analfabetismo que, segundo Germano (2005), atingia 20,7% da população acima dos 15 anos.

Apesar do Mobral tentar reverter essa situação isso não se concretizou, integrado ao Ensino Supletivo, do qual, segundo Freitag (1980, p. 122), *“somente haveria intervenção pública no caso de clientela destituída de recursos ou capacidade de reembolso dos dispêndios respectivos (ou seja, os*

analfabetos atendidos pelo Mobral)”. Desta forma, Porto Nacional fica quase que desprovido de tal empreendimento, exceto pela aprovação da Lei nº 668 de 1973 (PORTO NACIONAL, 1973) do qual autorizava o município a subvencionar o Mobral na quantia de Cr\$ 7.000,00 cruzeiros, quantia irreal para as necessidades da cidade.

No entanto, escolas continuavam surgindo, em 1973 a Lei nº 653 (PORTO NACIONAL, 1973) firma convênio com o MEC para a construção de prédios escolares, a Lei nº 801 de 1978 (PORTO NACIONAL, 1978) cria 19 escolas isoladas, a Lei nº 881 de 1980 (PORTO NACIONAL, 1980) cria mais 17 escolas municipais e finalmente a Lei nº 1027 de 1985 (PORTO NACIONAL, 1985) cria e instala 55 escolas rurais, mesmo assim, na ata de 1º de junho de 1978 (PORTO NACIONAL, 1978), uma vereadora quer saber por que existiam escolas fora de funcionamento no município, sendo que 31% do orçamento eram destinados a elas, ou seja, apesar do exagero da vereadora quanto a destinação orçamentária, verbas existiam pois, no ano de 1975 o orçamento programava no total Cr\$ 2.817,26 milhões de cruzeiros, sendo Cr\$ 434,8 mil cruzeiros para a educação e cultura, ficando em segundo lugar dos gastos programados, perdendo apenas para os serviços de obras e aviação que contava com Cr\$ 1.060,2 milhões de cruzeiros em sua pasta (PORTO NACIONAL, 1975).

No entanto, como essas verbas foram empregadas? Para Germano (2005, p. 195), entre 1960 e 1976 ocorre uma relativa queda dos gastos com educação pelo governo militar colaborando para a privatização do ensino:

[...] ora o que se instala no Brasil a partir de 1964 é um estado militar que tem como um dos seus principais corolários a exclusão política, social e econômica do ‘setor popular e seus aliados’ (O’Donel). Um estado envolvido diretamente na organização da produção capitalista o que transferiu somas inomináveis de recursos ao capital privado. (GERMANO, 2005, p. 195).

Contribuindo para isso a Prefeitura Municipal lança leis para a concessão de bolsas de estudos, a exemplo da Lei nº 732 de 1977 que modifica a Lei nº 643 de 15 de fevereiro de 1973, aumentando o valor da bolsa para estudantes do 1º e 2º grau, pré-universitários e universitários, existindo para isso amparo legal, pois na Constituição de 1967 (BRASIL, 1967) em seu artigo 176; parágrafo 2º define que o *“ensino é livre a iniciativa popular a qual merecerá o amparo técnico e financeiro dos poderes públicos, inclusive mediante bolsas de estudo”*.

Entretanto, algo peculiar ocorre em Porto Nacional, em 6 de outubro de 1978 o Poder Executivo edita a Lei nº 813 (PORTO NACIONAL, 1978), do qual transfere à Câmara Municipal parte das bolsas de estudo do Poder Executivo:

Art. 1. Fica transferidas para o poder legislativo 49% das bolsas de estudos existentes na prefeitura municipal a partir de 1 de janeiro de 1979. Art. 2. As bolsas ficarão a disposição da Câmara até o dia 1º de janeiro de cada ano letivo, as quais serão distribuídas aos vereadores na proporção de sua quantidade.

O que isso nos demonstra? Qual a real necessidade da Câmara Municipal obter bolsas de estudo se essas bolsas eram responsabilidade do poder executivo? Como ocorria na maior parte do Brasil essas bolsas de estudo poderiam servir não com o intuito de melhorar as condições de estudo da população de baixa renda, mas como um celeiro de compra de votos ou para sua distribuição entre os próprios vereadores para facilitar a transferência de seus filhos para escolas fora do município ou contribuir para sua permanência em escola privada da cidade.

Portanto, verifica-se que para o mau desempenho da educação da cidade não está a falta de verbas, como vimos, a destinação do orçamento para educação encontrava-se acima da média nacional inclusive se observando a grande quantidade de escolas existentes, o problema está em como essas verbas eram empregadas e em detrimento de quê?

Neves (1983, p. 69 apud GERMAMO, 2005, p. 199) pode nos apontar uma possível explicação para isso:

Foram criados artifícios para classificar os gastos públicos como o orçamento programa que permitiu inferir que os recursos aplicados na educação, além dos utilizados pelo MEC, os treinamentos das tropas das três armas, e treinamento de mão-de-obra pelo Ministério do Trabalho, além de programas de capacitação de diversos ministérios.

Desta forma, apesar de serem verbas para educação, seus fins demonstraram-se serem outros permanecendo a educação dos jovens quase que inalterado em comparação a anos anteriores ou até mesmo sofrendo retrocesso como é o caso da educação pública da cidade de Porto Nacional.

Considerações finais

Portanto, verificamos que a educação em Porto Nacional acompanhou estreitamente os enlaces da educação da ditadura militar em nível nacional, apesar de para muitos a cidade ser considerada como abandonada e esquecida no Norte Goiano ela apareceu como uma importante cidade da região ao se verificar as discussões acaloradas que ocorriam na Câmara Legislativa entre afiliados do MDB e da ARENA.

Pode-se pensar que a ditadura militar esteve efetivamente presente somente nos grandes centros nacionais e que suas influências no interior

eram mínimas. No entanto, a partir dessa discussão verificamos que a cidade de Porto Nacional sofreu forte influência do regime vigente, principalmente quando destacamos a educação.

A educação em Porto Nacional não perde prioridade nos assuntos legislativos estando em alguns momentos em segundo lugar no orçamento geral, acima da média nacional, perdendo apenas para obras de infraestrutura e habitação, ou seja, obras que estariam a vista de todos e garantiria aceitação ao regime.

Da mesma forma, a crise econômica que se instalava no Brasil marca sua presença em Porto Nacional que se via com problemas quanto aos preços de produtos, verificando-se quando na reunião legislativa de 3 de abril de 1978 (PORTO NACIONAL, 1978) vereadores aprovam o envio de expediente para a Superintendência Nacional de Abastecimento (SUNAB) pedindo o tabelamento de preços dos alimentos de primeira necessidade e contratação de empréstimos junto a bancos.

Mesmo assim, a educação se destacou como prioritária para a cidade de Porto Nacional, pelo menos no orçamento, no entanto, com a Lei nº 5692/71 aprovada e a falta de apoio técnico para seu melhor aproveitamento a educação primária municipal se deteriorou no decorrer do período pesquisado. Com altos índices de evasão, verbas mal empregadas e falta de professores as escolas enfrentaram grandes dificuldades para sua manutenção, quando não fechavam antes do término do semestre letivo, desta forma, com a referida lei em vigor e sem as melhorias necessárias a educação municipal ficou bastante limitada assim como a Lei nº 5692/71 e a própria política educacional que não conseguiu atender de forma efetiva a maior parte de seus estudantes.

Notas

* Victor Ferreira Diniz é assistente em administração, graduado em História e especialista em Gestão Pública pela Universidade Federal de Tocantins. E-mail: vic.diniz@uft.edu.br

¹ Porto Nacional “é uma cidade às margens do rio Tocantins, pertencente à antiga região norte de Goiás, atualmente Estado do Tocantins e possui características bem peculiares: fez parte da antiga região norte de Goiás, até sua separação para formar o Estado do Tocantins, e foi destaque nas áreas educacional/intelectual, comercial, política, médica e religiosa desde o final do século XIX” (OLIVEIRA, 2010, p. 83). Surgida no final do século XVIII, atualmente Porto Nacional localiza-se na região central do estado do Tocantins a 64 km ao sul da capital Palmas.

² Obra na qual a autora realiza um estudo histórico do movimento estudantil no Goiás e Tocantins, destacando-se também o artigo “A CENOG no discurso dos seus integrantes” (SANTOS, 2002. p. 89-105), em que a mesma realiza um estudo da participação e conseqüentemente da influência da Casa do Estudante do Norte Goiano no movimento autonomista do Tocantins.

³ Assim como este autor os demais citados no parágrafo anterior trazem em alguns

momentos no decorrer de suas obras, dados, estatísticas, resultados de uma maneira de certa forma generalizante que refletem o Brasil de uma maneira universal, obviamente deixando claro que não se está criticando a maneira como foram feitos os recortes e sim mostrar a necessidade de se verificar esses dados comparativamente ao contexto local.

⁴ Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), complexo formado, segundo Dreyffus (1981, p. 161), pelos intelectuais orgânicos dos interesses econômicos multinacionais e associados, representando a fase política dos interesses empresariais, constituído com o objetivo de agir contra o governo de João Goulart, tendo forte influência para que ocorresse o golpe militar de 1964.

⁵ O significado de expansão nos moldes do desenvolvimento do setor industrial “implica no estabelecimento de uma estratégia que pressupõe prioridades que favorecem determinadas camadas sociais, por serem estas as mais ‘capazes’ de ajudar a alimentar o processo, dada as suas possibilidades de consumo. Essa estratégia adota, entre outras medidas, o arrocho salarial das classes trabalhadoras e o aumento do poder aquisitivo das camadas altas e médias altas...” (ROMANELLI, 199, p. 194).

⁶ Considerando que a inflação no ano de 1975 foi de 15,5%, em 1977 de 38,8% e 1980 de 97,8% dados disponíveis em <<http://bertolo.pro.br/AdminFin/HTML/INFLACAO.htm>>, última consulta em 09 de junho de 2010.

⁷ Idem nota anterior.

⁸ Acordo que inclui uma série de convênios entre o Ministério da Educação (MEC) e a United States Agency for International Development (USAID) que tinham como objetivo de implantar o modelo norte americano nas universidades brasileiras através de uma profunda reforma universitária. Segundo estudiosos, pelo acordo MEC/USAID, o ensino superior exerceria um papel estratégico porque caberia a ele forjar o novo quadro técnico que desse conta do novo projeto econômico brasileiro, alinhado com a política norte-americana. Além disso, visava a contratação de assessores americanos para auxiliar nas reformas da educação pública, em todos os níveis de ensino. Disponível em: MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Heleno dos. “MEC/USAID” (verbeta). Dicionário Interativo da Educação Brasileira – EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2002, Disponível em: <<http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=325>>. Acesso em: 24 Ago. 2010.

⁹ O ensino pré-escolar não era contemplado pela Lei nº 5692/71, surgindo apenas em 1974 com o Parecer nº 2018 do Conselho Federal de Educação que propôs a elaboração de legislação contendo normas e procedimentos que regulamentem a implantação de programas dirigidos às populações em idade pré-escolar, sendo criada em 1975 a Coordenação de Educação Pré-Escolar, primeiramente chamada de CODEPRE e depois COEPRE vinculada ao Ministério de Educação e Cultura e em 1981 a Coordenação de Educação Pré-Escolar - COEPRE lança o Programa Nacional de Educação Pré-Escolar. Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb10.htm>>. Acesso em: 11 Jun. 2010.

¹⁰ Devido a insuficiência de dados preferiu-se se ater apenas aos professores titulares.

¹¹ Dados referentes as escolas localizadas na zona rural, urbana e nas localidades que no período eram distritos de Porto Nacional e que hoje encontram-se emancipadas, como por exemplo, Silvanópolis e Fátima.

¹² Para efeitos comparativos no ano de 2008 o Município possuía 31 escolas municipais para atender um contingente bem maior de alunos, cerca de 3657 estudantes.

Referências

- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL.** Rio de Janeiro, IBGE, 1975. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/gebis-rj/aeb/aeb1975.pdf>>. Acesso em: 25 Fev. 2010.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1967.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constitui%C3%A7ao67.htm>. Acesso em: 10 Jun. 2010.
- BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional:** Brasília, DF: Senado Federal, 1971.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; BRIGNOLI, Hector Pérez. **Os métodos da História.** 6. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2002, p. 409-420.
- COSTA, Célio. **Fundamentos para a criação do Estado do Tocantins.** Goiânia, Líder, 1982.
- DREIFUSS, Renê Armand. **1964: a conquista do Estado.** Rio de Janeiro: Vozes, 1981.
- DURKHEIM, Émile. **Educação e Sociologia.** Lisboa, Portugal: Edições 70, 2009.
- FREITAG, Barbara. **Escola, Estado e Sociedade.** 6. ed. São Paulo: Moraes, 1980.
- FURET, François. O quantitativo em história. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Dir.). **História: novos problemas.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.
- GERMANO, José Willington. **Estado militar e educação no Brasil (1964-1985).** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- IANNI, Octavio. **O colapso do populismo no Brasil.** 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.
- NUNES, Clarice. História da Educação e comparação: algumas interrogações. In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO (Org.). **Educação no Brasil: História e Historiografia.** Campinas, SP: Autores Associados; SBHE.
- OLIVEIRA, Maria de Fátima. **Portos do Sertão: cidades ribeirinhas do rio Tocantins.** Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2010.
- PORTO NACIONAL. Câmara Municipal. Lei nº 668 de 28 de maio de 1973: autoriza o poder Executivo a conceder subvenção social ao Mobral – Movimento Brasileiro de Alfabetização. In: PORTO NACIONAL. Câmara Municipal. **Legislação Municipal.** Porto Nacional, 1973.
- PORTO NACIONAL. Câmara Municipal. Lei nº 881 de 10 de setembro de

1980: cria 17 escolas municipais. In: PORTO NACIONAL. Câmara Municipal. **Legislação Municipal**. Porto Nacional, TO: Câmara Municipal, 1980.

PORTO NACIONAL. Câmara Municipal. Lei nº 653 de 2 de abril de 1973. Autoriza o poder executivo a firmar convênio com o Ministério da Educação e Cultura. **Legislação Municipal**. Porto Nacional, 1973.

PORTO NACIONAL. Câmara Municipal. Lei nº 662 de 22 de agosto de 1973: aumenta o quadro de professores. PORTO NACIONAL. Câmara Municipal. **Legislação municipal**. Porto Nacional, 1973.

PORTO NACIONAL. Câmara Municipal. Lei nº 684 de 28 de novembro de 1974: estima a receita e fixa as despesas para o exercício de 1975. PORTO NACIONAL. Câmara Municipal. **Legislação municipal**. Porto Nacional, 1975.

PORTO NACIONAL. Câmara Municipal. Lei nº 706 de 20 de fevereiro de 1976: aprova a obrigatoriedade de todos os servidores municipais se inscreverem e contribuírem ao Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Goiás. PORTO NACIONAL. Câmara Municipal. **Legislação Municipal**. Porto Nacional, 1976.

PORTO NACIONAL. Câmara Municipal. Lei nº 713 de 25 de junho de 1976: aumenta e fixa o quadro de professores municipais. PORTO NACIONAL. Câmara Municipal. **Legislação Municipal**. Porto Nacional, 1976.

PORTO NACIONAL. Câmara Municipal. Lei nº 732 de 18 de março de 1977: modifica a Lei nº 643 de 15 de fevereiro de 1973 que regulamenta a concessão de bolsas de estudos. PORTO NACIONAL. Câmara Municipal. **Legislação Municipal**. Porto Nacional, 1977.

PORTO NACIONAL. Câmara Municipal. Lei nº 751 de 19 de maio de 1977: isenta de cobrança de impostos as instituições que aplicarem investimentos no município. In: PORTO NACIONAL. Câmara Municipal. **Legislação Municipal**. Porto Nacional, TO: Câmara Municipal, 1977.

PORTO NACIONAL. Câmara Municipal. Lei nº 801 de 11 de abril de 1978. Cria dezenove escolas isoladas no município. In: PORTO NACIONAL. Câmara Municipal. **Legislação Municipal**. Porto Nacional, TO: Câmara Municipal, 1978.

PORTO NACIONAL. Câmara Municipal. Secretaria Legislativa. **Ata da reunião realizada no dia 5 de abril de 1978**. Porto Nacional, TO: Câmara Municipal, 1978.

PORTO NACIONAL. Câmara Municipal. Secretaria Legislativa. **Ata da reunião realizada no dia 1 de junho de 1978**. Porto Nacional, TO: Câmara Municipal, 1978.

PORTO NACIONAL. Secretaria Municipal de Educação. **Ata final das Escolas Municipais**. Porto Nacional: Prefeitura Municipal, 1973.

PORTO NACIONAL. Câmara Municipal. Lei nº 788, de 2 de janeiro de 1978: autoriza o poder executivo contrair empréstimo junto a Caixa Econômica Federal. In: PORTO NACIONAL. Câmara Municipal. **Legislação Municipal**. Porto Nacional, TO: Câmara Municipal, 1978.

PORTO NACIONAL. Câmara Municipal. Lei nº 790, de 2 de janeiro de 1978: autoriza o poder executivo contrair empréstimo junto a Caixa Econômica Federal. In: PORTO NACIONAL. Câmara Municipal. **Legislação Municipal**. Porto Nacional, TO: Câmara Municipal, 1978.

PORTO NACIONAL. Câmara Municipal. Lei nº 813 de 6 de outubro de 1978: transfere bolsas de estudo do poder executivo para a Câmara Municipal de Porto Nacional. In: PORTO NACIONAL. Câmara Municipal. **Legislação Municipal**. Porto Nacional, TO: Câmara Municipal, 1978.

PORTO NACIONAL. Câmara Municipal. Secretaria Legislativa. **Ata da reunião realizada no dia 3 de abril de 1978**. Porto Nacional, TO: Câmara Municipal, 1978.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da Educação brasileira: a organização escolar**. 18 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930/1973)**. 23. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

SANTOS, Jocyléia dos. A CENOG no discurso dos seus integrantes. In: GIRALDIN, Odair (Org). **A transformação histórica do Tocantins**. Goiânia, GO: Ed. UFG; Palmas: UNITINS, 2002.

SANTOS, Jocyléia dos. O Sonho de uma Geração: o movimento estudantil – Goiás e Tocantins. Goiânia: Ed. da UCG, 2007.

SILVA, Otávio Barros da. **Breve História do Tocantins e de sua gente: uma luta secular**. Araguaína, TO: Federação das Industrias do Estado do Tocantins; Brasília: Solo Editores, 1996.

SKIDMORE. Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SOUZA, Sônia Maria de. Belém-Brasília: abrindo fronteiras no Norte Goiano (atual Tocantins) – 1958-1975. In: GIRALDIN, Odair (Org). **A (trans)formação histórica do Tocantins**. Goiânia: UFG; Palmas: Unitins, 2002.

Recebido em: fevereiro de 2011.

Aprovado em: junho de 2011.